

# Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português\*

## Governors and generals: communication, intelligence and defense in Portuguese Rio Grande de São Pedro

**Adriano Comissoli**

*Doutor em História, professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História UFSM.*

**Clarissa Prestes Medeiros Vianna**

*Doutoranda PIUDHIST, ICS, Universidade de Lisboa.*

### RESUMO

O artigo analisa a correspondência expedida pelo Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Marquês de Alegrete, destacando a importância dos oficiais militares como agentes da comunicação política imperial portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação, governador, militares

### ABSTRACT

This article analyses the correspondence dispatched by the governor from Rio Grande de São Pedro, Marquis of Alegrete, highlighting the importance of military officers as Portuguese imperial communication agents.

**KEYWORDS:** communication, governors, military men

Desejamos expor neste desenvolvimento algumas ideias concernentes à atuação militar sobre a sociedade da capitania portuguesa do Rio Grande de São Pedro, destacando a relevância desse tipo de assunto na atuação do governo. Quando nós escrevemos Rio Grande de São Pedro, remetemos a uma temporalidade específica que, iniciando-se no século XVIII, estende-se até metade do XIX. Neste artigo, daremos destaque à conjuntura de início do Oitocentos, envolvendo a crise dos impérios ibéricos que provocou uma forte agitação política e uma reelaboração do vocabulário político das entidades políticas americanas, as quais ao final do processo se tornaram autônomas frente aos impérios ultramarinos do qual faziam parte. Para tanto, examinaremos com mais atenção a correspondência do Governador Marquês de Alegrete (1814-1818), procurando estabelecer mecanismos de comunica-

---

\* Artigo recebido em 15 de outubro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017. Esta pesquisa recebeu apoio do CNPQ.

ção já desenvolvidos em governos anteriores. Nosso propósito é examinar o papel da comunicação política na administração de região de fronteira imperial portuguesa e espanhola ao focar a correspondência entre o Governador Marquês de Alegrete e oficiais militares, bem como destes com informantes. Dessa forma, será possível demonstrar a relevância dos assuntos militares dentro da administração portuguesa oitocentista.

De que tratamos quando falamos em fronteiras de impérios no extremo Sul da América? Primeiramente, nos referimos às disputas entre as Casas dos Bourbon e dos Bragança em torno do estabelecimento de soberanias na mencionada região e, por soberania, nos referimos à reivindicação de controle de pessoas e de territórios. Embora pareça bastante óbvio, é necessário desnaturalizar a ideia de que o controle de pessoas e de territórios apresente uma ligação intrínseca.<sup>1</sup> No período moderno – entre o século XV e o primeiro terço do XIX –, o exercício de dominação sobre povos podia muito bem dispensar a prerrogativa sobre o território no qual vivia esta população. O Império ultramarino português foi pródigo em exemplos, em especial no que se refere à sua atuação no subcontinente indiano e no Sudeste asiático, regiões nas quais jamais controlou grandes porções de terra, mas em que exerceu ou dividiu o exercício de domínio sobre as populações.<sup>2</sup> Essa experiência de soberania compartilhada ou parcial, longe de ser a exceção, parece ter sido a recorrência e uma etapa no caminho pelo qual a construção de Estados centralizados e soberanias oficiais são visualizáveis.

Não se mostra incomum a reivindicação meramente nominal de domínios, que deve ser entendida como projeções e ambições. Devemos ter o cuidado de considerar que tratados diplomáticos e mapas são apenas parte do processo de definição de áreas de controle e até mesmo armas a serem utilizadas num panorama de concorrência.<sup>3</sup> A disputa entre diferentes impérios deve ser compreendida enquanto um elemento responsável por moldar e definir as características das soberanias imperiais, notadamente na América. Certamente, havia zonas clara-

mente controladas por um mesmo império e que reconheciam a autoridade última de uma dinastia monárquica, mas da mesma forma podemos afirmar que a soberania frente a um império rival se afirmava mediante a disputa e a reivindicação legal de terrenos e de pessoas.<sup>4</sup>

Podemos notar que as pretensões expressas pela Coroa portuguesa sobre a América não encontravam necessariamente respaldo na administração cotidiana da mesma. No século XVIII, mesmo após a aceleração da migração europeia e africana e da multiplicação de centros urbanos, restavam inúmeras fronteiras a serem vencidas, especialmente no que concerne à subjugação de povos indígenas.<sup>5</sup> Populações que não reconheciam a legitimidade dos portugueses havia na Amazônia, nas Capitânicas de Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande de São Pedro. Essas populações indômitas ou semiautônomas colocam em perspectiva a validade do termo América portuguesa, já que acenam para inúmeras outras Américas que eram Charrua, Minuano, Guarani, Panati. Algumas destas nações, como os Charrua no Extremo Sul, estabeleceram pactos de aliança, amizade ou juraram obediência ao rei de Portugal em dado momento, o que não impediu oscilações no alinhamento de tais grupos, que interpretaram as conjunturas segundo seus próprios códigos e interesses.<sup>6</sup>

Diante dos inúmeros desafios, quais alternativas estavam disponíveis aos agentes do Império português para a construção da soberania do mesmo, considerando a atuação em nível cotidiano? Uma das respostas passa pela enorme quantidade de papel manuscrito e assinado por diferentes autores. Esta massa documental refere-se às cartas, ofícios e bilhetes remetidos entre diversos indivíduos no intuito de informar às autoridades militares e administrativas sobre os acontecimentos em diferentes partes da capitania e não raro de além dela.

### **COMUNICAÇÃO E GOVERNO: A DISTRIBUIÇÃO DA PAUTA DO MARQUÊS DE ALEGRETE**

A correspondência era a principal via de comunicação entre as diferentes partes do

Império português, era a partir dela, da sua comunicação política, e de seus representantes administrativos que o centro político se fazia presente e mantinha a soberania de seus territórios.<sup>7</sup> Desse modo, a análise da correspondência dos governadores de capitânicas permite perceber a interação entre as diferentes esferas de poder e os modos de governar nos espaços imperiais lusitanos. Tal é possível devido ao papel dos governadores dentro do aparato administrativo, “intermediando o relacionamento do centro político da monarquia pluricontinental com os diversos órgãos, ofícios e poderes existentes nas conquistas, conforme as suas especificidades regionais, políticas, econômicas, religiosas e sociais”.<sup>8</sup> As pautas abordadas nas diversas cartas nos permite acompanhar a relação entre os poderes locais e o centro da monarquia, o qual expressava-se por meio dos governadores, os quais “participavam ativamente da governação, exercendo a gestão de suas áreas de governo, nos seus diversos aspectos, como os representantes régios.”<sup>9</sup>

A partir da correspondência oficial expedida pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio

Grande do Sul durante o período de sua administração como governador e capitão-general, de 1814 a 1818, podemos notar a relevância dos assuntos militares em relação aos demais, apresentada no Gráfico 1.

Nota-se a proeminência dos assuntos militares frente aos de cunho administrativo e jurídico. Eles contam sempre mais de um terço do total para cada ano de governo e chegam a superar os 50% em 1814 e 1816. É interessante comentarmos sobre as flutuações de cada ano e frisar os números absolutos. O Marquês chegou à Capitania de São Pedro ao final de 1814, mais precisamente em novembro, quando tomou posse de seu cargo e atribuições. Percebe-se que o nobre logo tratou de colocar-se a par do que corria na região, expedindo 51 missivas oficiais em apenas dois meses. No ano seguinte, o número total obviamente cresceu, pois abarcou todos os 12 meses, chegando a 301 cartas. Em 1816, foram expedidas 276 e, em 1817, 197 cartas oficiais, isto é, endereçadas às diversas autoridades da capitania. Já em 1818, no período de janeiro a setembro, foram expedidas 96 correspondências oficiais.<sup>10</sup> Contudo, para que a flutuação anual não guie falsas con-

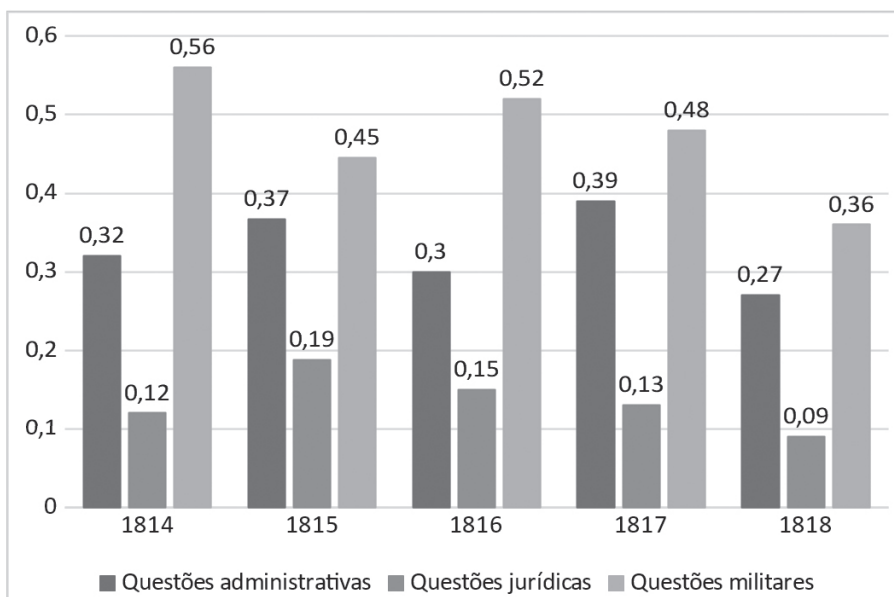


Gráfico 1 – Distribuição dos assuntos na correspondência expedida pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818)

clusões, elaboramos a Tabela 1, que aponta para os números absolutos de cada ano e para a média mensal de cartas expedidas.

Ano	Total de cartas expedidas	Média mensal de cartas expedidas
1814	51	25,5
1815	301	25,1
1816	276	23
1817	197	16,4
1818	96	10,7
Total	921	19,6

Tabela 1 – Total de cartas expedidas por ano e média mensal (1814-1818)

Se no Gráfico 1 fica clara a predominância dos assuntos militares, na Tabela 1 podemos perceber um curioso fenômeno. A cada ano de seu governo, o Marquês escrevia um pouco menos para outros órgãos e para seus subordinados. A diferença acentua-se ao final de 1816, ano no qual os portugueses efetuaram uma invasão em larga escala à Banda Oriental, território então convulsionado pelo processo emancipatório iniciado em Buenos Aires em 1810.<sup>11</sup> Não obstante a diminuição do número absoluto de cartas, elas seguem tratando em sua maioria de temas militares, com exceção do ano de 1818. Se o encolhimento de missivas expedidas mensalmente significa uma diminuição da atividade do Marquês, então podemos concluir que em seu último ano ele demonstrou pouca preocupação com o andamento da capitania. Sendo um nobre que acompanhara Dom João na transferência da Corte em 1808, é possível que visse no posto no Extremo Sul uma espécie de exílio duplo e ansiasse, após quase quatro anos, retornar ao menos para o Rio de Janeiro.

Voltando à análise de sua correspondência, podemos notar que, nos anos de 1814 e 1816, o Marquês tratou mais vezes de assuntos militares do que nos demais, o que, induzimos, estão relacionados aos conflitos na fronteira com as colônias hispânicas em processo de independência. Em 1814, o novo governador teve de colocar-se a par das condições bélicas das tropas atuantes

na capitania, as quais apenas dois anos antes haviam participado de uma intervenção sobre a Banda Oriental, atendendo solicitação do Vice-Rei espanhol Francisco Xavier Elío para neutralizar as forças de Buenos Aires que, uma vez rompidas com a Espanha, procuravam criar uma nova entidade política tendo por base a territorialidade do Vice-Reino do Rio da Prata.

O ano de 1816, por sua vez, assistiu a preparação e avanço das forças portuguesas sobre a porção do território platino que ainda respondia à Coroa espanhola. O Vice-Rei Elío, a partir de Montevideu, esboçava resistência frente aos “patriotas de Buenos Aires” e, contando com poucos soldados, requisitou ajuda a Dom João de Bragança. Nesse sentido, o dever do Governador e Capitão-General de Capitania, o Marquês de Alegrete levou-o a acompanhar os combates e manter-se informado dos avanços das forças lusas por meio da correspondência constante com os mais graduados oficiais militares.

Tal sistema permitia ao governador tomar as medidas necessárias para a condução das táticas bélicas na fronteira, pavimentando o que veio a se tornar uma ocupação efetiva da Banda Oriental, pontuada pelo confronto com as forças do líder revolucionário José Gervásio Artigas, portador de um projeto político de autonomia frente à Buenos Aires, à Espanha e ao Império português. Neste contexto é que os principais destinatários acionados por Alegrete foram lideranças militares da capitania, diretamente ligadas à defesa da fronteira, como os comandantes da fronteira de Rio Pardo, de Rio Grande e mais oito autoridades militares.

Além da correspondência contínua com líderes militares já estabelecidas na região, em 1816 chegara à capitania o General Carlos Frederico Lecór, vindo de Portugal, da guerra contra as tropas napoleônicas. Lecór chegou para reforçar os Exércitos e agregar experiência de combate às forças envolvidas com o conflito na fronteira, comandando, assim, a Divisão dos Voluntários Reais. Assim, inobstante considerar os líderes militares já presentes na capitania, a Corte portuguesa fez questão de juntar ao Marquês uma autoridade militar lusitana.

Dessa forma, tinha-se que o poder na capitania era centralizado na pessoa do Marquês, a quem cabia não só a manutenção da máquina administrativa e o encaminhamento dos projetos administrativos futuros, como a organização, a preparação e a liderança militar no território e, ainda, o julgamento e a procura de soluções de questões cotidianas envolvendo os cidadãos da capitania que eram levadas a seu conhecimento para julgamento. Um poder centralizado e com várias incumbências, daí a diversidade de pessoas objeto das cartas expedidas pelo Marquês, bem como dos temas das suas correspondências.

Com os dados do Gráfico 1, podemos perceber que, em sua chegada à capitania, o Marquês de Alegrete colocava em prática o objetivo de organizar o território militarmente, com a finalidade precípua de resguardar a fronteira, uma atividade que, como veremos adiante, já se praticava em governos anteriores. Também devemos destacar o número elevado de questões administrativas tratadas na correspondência, ainda que as questões militares prevaleçam. Essas questões demonstram o interesse da coroa nesta capitania, posto que a vinda do Marquês possui o intuito, não só de defender militarmente a fronteira, mas também de organizar e melhorar a administração da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, um processo que igualmente já se iniciara. A título de exemplo, podemos

mencionar que no ano de 1812 a sede da Ouvidoria, outrora na Ilha de Santa Catarina, deslocara-se para Porto Alegre, capital do Rio Grande de São Pedro, melhorando o atendimento da Justiça à população. Entretanto, dada a turbulência originária dos vizinhos platinos, a estabilidade do assentamento luso na região dependia de uma política eficiente relacionada à fronteira.

Assim, a administração portuguesa no período da administração do Marquês na capitania voltou sua atenção para a fronteira meridional, objetivando mantê-la resguardada das ameaças vizinhas, mas igualmente atenta às oportunidades de alargar o território. Foi no período entre 1812 e 1816 que a presença de portugueses no Distrito de Entre Rios solidificou-se, garantindo terras a serem distribuídas aos súditos e a ampliação da soberania da coroa. Atividades como estas explicam a expressiva quantidade de correspondências expedidas de caráter militar, já que áreas como a de Entre Rios eram localmente organizadas por comandantes de tropas diretamente subordinados ao governador. A manutenção de canais de comunicação sólidos e ágeis refletia na melhor organização do território e das pessoas, meta urgente diante dos iminentes ataques das tropas de Artigas. Paralelamente, estendiam-se os domínios bragantinos às expensas das áreas anteriormente reivindicadas pelos espanhóis, transformando o risco e a adversidade em conquistas.

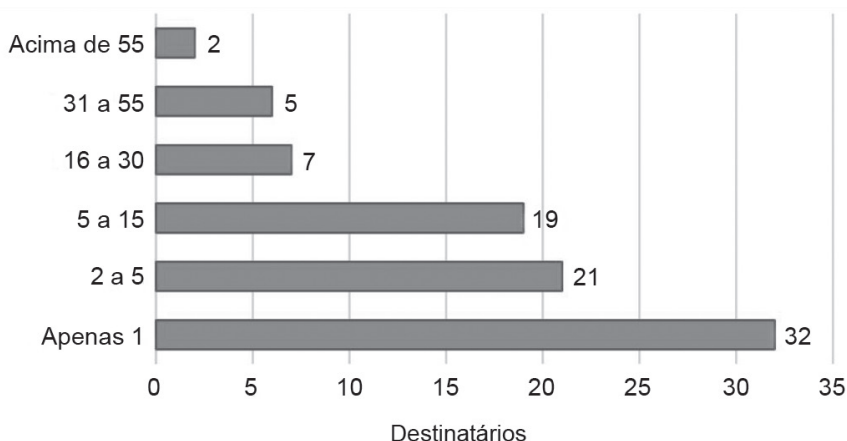


Gráfico 2 – Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818)

Em meio a tantos percalços e desafios, é possível percebermos que a administração da capitania e da fronteira obedecia a uma racionalidade. O governador mantinha o número de interlocutores diretos reduzido, enquanto estes intermediavam a comunicação e a própria administração com inúmeras outras pessoas. O Gráfico 2 demonstra que, quanto maior o número de missivas expedidas pelo Marquês de Alegrete, menor é o número de destinatários que as receberam. Dessa forma, há uma larga base formada por pessoas que receberam entre uma e 15 cartas, compondo os três extratos inferiores do Gráfico 2, totalizando 72 dos 87 ou 82,75% dos destinatários do Marquês de Alegrete.

Dito isso, ao observar a parte superior do gráfico, percebe-se a existência de um pequeno grupo de destinatários (15 indivíduos) com quem o governador manteve muito contato. Pode-se notar que entre os principais destinatários do Marquês de Alegrete estão indivíduos dos principais postos militares da capitania. Ainda, dentre os maiores destinatários do Marquês de Alegrete, estão indivíduos que fazem parte do aparato administrativo e judiciário da Capitania: a Câmara de Porto Alegre; governador de Santa Catarina; José Feliciano, Juiz da Alfândega; o ouvidor e o juiz de fora. Não causará espanto que as cartas destinadas ao governador de Santa Catarina, ao ouvidor e ao juiz de fora escapem à regra e nelas predominem temas administrativos e jurídicos.<sup>12</sup> De fato, dentre os interlocutores mais acionados pelo governador, o juiz de fora foi aquele com o qual menos tratou de temas de assuntos das tropas, ainda que o tenha feito algumas vezes.

Em relação à correspondência com as autoridades militares da Capitania, nota-se que o Marquês de Alegrete buscou resolver questões urgentes, reiteradas e importantes com os homens de grande importância militar para a Capitania, posto que esses seriam peças-chave na trajetória administrativa do Marquês para o desenvolvimento das estratégias da administração portuguesa nesta região. Há que se considerar também os indivíduos que ocupavam cargos administrativos, como ouvidores, juizes e comandantes de fronteira, as comunicações eram uma

decorrência proveniente do ofício de governador da Capitania, posto que se tratava da prática do exercício administrativo.

As correspondências analisadas, por seu caráter oficial, tornam difícil afirmar categoricamente que o Marquês de Alegrete manteve ou fez parte de uma rede de relações personalistas com seus destinatários. Não obstante, a concentração dos diálogos epistolares em poucos interlocutores como decorrência da posição de governador nos conduzem a perceber um expediente utilizado pelo Império português, qual seja, a interconexão entre autoridades de diferentes legitimidades e funções, que mediam a ação da Coroa portuguesa com a população. A preferência, se é que podemos chamar isto assim, do Marquês de Alegrete por certos indivíduos não diz respeito, necessariamente, a um relacionamento pessoal, antes sim evidencia um modo de governar mais abrangente do que o do caso em estudo.

Os homens que receberam mais vezes as cartas do governador o fizeram em razão de sua posição sociopolítica e importância para as questões militares, mormente, administrativas e jurídicas da capitania. Em suma, tratavam-se de líderes locais ou de agentes da coroa, pessoas de influência ou de autoridade, os quais o Marquês precisava lançar mão para atingir os objetivos que haviam sido traçados para o seu governo, dados que apontam para a forte complementariedade entre agentes centrais e locais na condução do império.

O primeiro elemento a se destacar diz novamente respeito à relevância dos assuntos militares frente aos demais, expressa agora pelo número de correspondentes. Dentre os 15 destinatários para os quais mais vezes escreveu, dez ostentavam patentes militares e ocupavam altos postos na organização da capitania. Portanto, a rede de comunicação do Marquês, enquanto governador do Rio Grande, era predominantemente formada por comandantes militares de alta patente, aos quais enviava instruções ou requisitava informações relativas ao ofício das armas. Há que se notar que muitos deles já ocupavam tais postos há vários anos, de maneira a formar a memória administrativa da capitania.

É exemplar, neste sentido, a proeminência dos Comandantes de Fronteira Patrício José Corrêa da Câmara e de Manuel Marques de Souza. Ambos ostentavam as patentes de tenente-general ao longo do governo do Marquês, estando no topo da hierarquia das tropas regulares. Mais importante é que comandavam as circunscrições militares das fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande desde 1777, isto é, enquanto o governador contava apenas seis anos de presença na América quando foi nomeado para a Capitania de São Pedro, os dois militares computavam 37 anos de serviço nos mesmos comandos. Marques de Souza, em particular, era natural da região e chegara a dispensar seu realocamento para a Capitania do Rio Negro em 1801, afirmando que somente onde conhecesse os homens de forma particular estaria apto a comandar com eficiência.<sup>13</sup> Essa afirmação refletia tanto a proeminência de Souza sobre seus comandados quanto ao fato de contar com parentes de diferentes graus dentre os oficiais das tropas. Ou seja, enquanto o governador ficava apenas alguns anos na capitania, os comandantes militares permaneciam por décadas, articulando-se com o oficialato e com a soldadesca. Parece sensato considerarmos que ao tomar posse do governo o Marquês de Alegrete tenha recorrido ao conhecimento acumulado pelos comandantes, o que explica a alta média mensal de cartas expedidas em 1814.

Ocorre que a Capitania do Rio Grande de São Pedro mostrava-se altamente militarizada devido às disputas territoriais com os espanhóis, as quais geraram um longo ciclo de confrontos. As refregas alternavam-se entre ações de guerra declarada e escaramuças entre patrulhas em tempos oficialmente de paz, mantendo a vigilância sobre a fronteira uma atividade de destaque e o ambiente bastante tenso. A situação se agravava no início do século XIX, primeiro pela manifestação da rivalidade imperial na região, expressa na guerra de 1801, mas igualmente na investida inglesa de 1806 e 1807 sobre Buenos Aires e Montevidéu. Posteriormente, a luta por território mesclou-se à contestação emancipatória portenha, de modo que o conhecimento previamente adquirido pelos comandantes tornava-se indispensável.

A importância dos comandantes de fronteira se evidencia na quantidade de cartas que lhes destinou o governador. Patrício José Correia da Câmara recebeu um total de 52 cartas do Marquês, enquanto Manuel Marques de Souza foi destinatário de 155 missivas, sendo o interlocutor mais vezes acionado. Esses números representam respectivamente 5,6% e 16,8% do total de cartas emitidas e somam 22,4%, ou seja, de cada cinco cartas enviadas pelo Marquês, ao menos uma destinava-se a um dos dois comandantes de fronteira. O montante, de fato, poderia ser ainda maior, pois em 1815 o comando da fronteira de Rio Grande foi ocupado interinamente pelo Brigadeiro Feliz José de Matos, ajudante de ordens de Marques de Souza. Matos totalizou o recebimento de 69 cartas do governador, mas 47 delas foram-lhe enviadas na condição de comandante interino, o que equivale a dizer que teriam sido normalmente endereçadas a Marques de Souza, titular do posto.

Caso somemos as cartas endereçadas aos comandantes titular e interino da fronteira de Rio Grande, alcançaremos a cifra de 202 ou 21,9% do que o Marquês de Alegrete escreveu no período para as autoridades da capitania. Mostra-se a relevância da comunicação entre o governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro com os comandantes das fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande, com destaque para este último.

Manuel Marques de Souza e o Feliz José de Matos foram respectivamente o primeiro e segundo destinatários mais acionados pelo Marquês de Alegrete ao longo de seu governo. Nos anos de 1816 e 1817, Marques de Souza recebeu respectivamente 53 e 54 cartas, muitas delas referentes à ofensiva à Banda Oriental. Os números correspondem a 69% da correspondência ativa do governador ao comandante, o que sugere uma altíssima presença da defesa da fronteira, bem como das operações de guerra. De um lado, esta ação bélica responde aos interesses da coroa e dos potentados locais em ampliar seus territórios e as fazendas de criação de gado. De outro, entretanto, apontam para o grau de interferência do Império lusitano no processo emancipatório do Vice-Reino espanhol do Rio da Prata.



Dito de outra forma, podemos afirmar que a fronteira de Rio Grande e o próprio Manuel Marques de Souza são peças-chave dentro da administração do Marquês de Alegrete e também nas estratégias administrativas, políticas e militares da Coroa portuguesa para sua capitania mais meridional. O volume de correspondências enviadas a esse único destinatário transmite a ideia de que o referido líder militar tinha vital importância para as instruções do governador em relação às questões militares da capitania, tanto em relação à defesa da fronteira quanto ao projeto de expansão desse marco territorial em direção ao Rio da Prata, aproveitando-se da luta entre Buenos Aires e Montevideú. Percebe-se que, na administração do Marquês de Alegrete, a manutenção da fronteira, calcada no binômio defesa-expansão, a importância da capitania dentro do Império português adquiriu relevância. Além disso, é possível observar como a Coroa portuguesa se estendia a partir de seus representantes até às mais diferentes localidades.

Diante disso, vê-se que as cartas desse período reforçam a ideia de que o Marquês possuía um duplo intuito na administração militar da capitania. Defender o território já estabelecido era importante por certo e, para tanto, era de grande importância que as suas tropas estivessem preparadas para os conflitos na fronteira. Conjuntamente, as pretensões da Coroa, postas em prática pelo Marquês, não paravam por aí, muito pelo contrário, alimentavam pretensões expansionistas. Dessa forma, o Marquês visava não apenas manter o território da Capitania que encontrou na sua chegada, mas, especialmente, expandi-lo, algo que já vinha em curso e que se mostrava possível, dentre outros fatores, pela grossa correspondência com Marques de Souza. O motivo da predileção por este oficial é o que explicaremos abaixo.

### **“DE QUEM ME VALI PARA ME DAR ALGUMAS NOTÍCIAS DOS NOSSOS VIZINHOS”: O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA PORTUGUÊS NA FRONTEIRA PLATINA**

Mencionamos acima que o Brigadeiro Feliz José de Matos ocupou interinamen-

te o comando da fronteira de Rio Grande. Como ajudante de ordens de Manuel Marques de Souza, a substituição faz bastante sentido, já que se tratava de deixar o segundo em comando à frente da administração daquela porção da fronteira com os espanhóis. A questão é que Marques de Souza ausentou-se do comando por ordem direta do Marquês de Alegrete, que demandou ao velho militar comparecer pessoalmente ao palácio do governador. A carta, redigida já em dezembro de 1814, sugere que o novo governador desejava inteirar-se das peculiaridades da capitania, além de avaliar a capacidade bélica disponível ao que afirmava “importar-me tratar com V. Ex.<sup>a</sup> objetos do Real Serviço e desejo pessoalmente conhecer V. Ex.<sup>a</sup> pela distinção com que V. Ex.<sup>a</sup> constantemente se tem empregado no Serviço de Sua Alteza Real”. Marques de Souza levava seu conhecimento, que era o conhecimento acumulado no papel de comandante de fronteira, papel que lhe permitiu não apenas conhecer práticas militares, mas construir um articulado sistema de inteligência, com diversos informantes e espões, incluindo alguns devidamente instalados em Buenos Aires.

Ao nos distanciarmos das cartas emitidas pelos governadores e nos dirigirmos às redigidas pelos oficiais militares entre 1790 e 1810, detectaremos a atividade do ramo militar da coroa.<sup>14</sup> Uma das primeiras conclusões possíveis é a de que os oficiais militares lidavam com inúmeras tarefas, muitas das quais ultrapassavam a vida castrense. Os oficiais eram responsáveis por perseguir e prender criminosos e escravos fugitivos; por levantar informações sobre terras requisitadas em sesmarias ou em litígio de propriedade e, claro, por efetuar exercício, recrutar soldados e patrulhar os limites meridionais das possessões lusas. Esse fluxo de informações, entretanto, não seguia diretamente ao governador, antes acompanhava a hierarquia militar, concentrando-se nas mãos dos comandantes de fronteira para só então estes decidirem o que era repassado ao governador, uma repetição observável nos governos de Sebastião Xavier Cabral da Câmara (1780-1801), Francisco João Roscio (1801-1803), Paulo José da Sil-



va Gama (1803-1809) e Dom Diogo de Souza (1809-1814), que estendemos para o do Marquês de Alegrete.

A fim de melhor administrar as possessões reconhecidas pelos Tratados de Santo Ildefonso (1777) e El Pardo (1778), a capitania foi militarmente dividida em três áreas: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Porto Alegre, enquanto capital, abrigava um quartel militar, mas estava afastada da fronteira imediata. Rio Grande compunha um comando de fronteira, abrigando o Regimento de Cavalaria Ligeira. Rio Pardo era a povoação portuguesa mais ocidental do Rio Grande de São Pedro em 1777, guardando o quartel do Regimento de Dragões, um tipo de cavalaria leve. Rio Grande e Rio Pardo eram consideradas fronteiras específicas, aparecendo assim na documentação, o que indica sua condição limítrofe em relação aos territórios reivindicados pelos espanhóis.

Tanto o arranjo da fronteira quanto a circunscrição militar dos domínios portugueses alteraram-se em 1801, quando sete dos 30 povos missioneiros Guarani passaram da soberania espanhola para a lusitana. O episódio não configura exatamente uma conquista, visto que o sucesso português deveu-se à cooperação dos indígenas Guarani que ali viviam e que negociaram a troca de sua lealdade. Não obstante, como alerta Ribeiro, esta negociação não implicou em igualdade, sendo os Guarani considerados um povo conquistado.<sup>15</sup> A área absorvida foi nomeada inicialmente de Províncias das Missões, respondendo ao comandante de fronteira de Rio Pardo. Em 1809, a fim de facilitar sua administração militar, ela foi desmembrada e passou a figurar o Comando da Fronteira das Missões. Caminho semelhante foi percorrido pela área entre os Rios Ibicuí e Quaraí que, ao ser progressivamente ocupada, convencionou-se chamar de Distrito de Entre Rios e posteriormente Comando da Fronteira de Entre Rios.<sup>16</sup> Se a estes dois aumentos territoriais somarmos o sucesso de 1816, que incorporou a Banda Oriental, convertendo-a em Província Cisplatina, em 1821, podemos considerar que ao longo dos primeiros 20 anos do século XIX assistimos a uma progressiva extensão dos domínios lusitanos no Extremo Sul da América, à qual

os espanhóis procuraram responder belicamente sempre que possível.

As mudanças nos comandos de fronteira e o crescimento do território sob controle português nas primeiras duas décadas do XIX ajudam-nos a entender a sobrevalorização dos assuntos militares e da vigilância da fronteira no governo do Marquês de Alegrete. Resta-nos perceber como os comandantes de fronteira, em particular Manuel Marques de Souza, obtinham informações que os tornavam preciosos e indispensáveis aos sucessivos governadores da capitania. Manuel Marques de Souza, o correspondente privilegiado pelo Governador Marquês de Alegrete, foi um *hub* dentro do sistema de informação lusitana bastante ativo no início do século XIX na fronteira imperial no Sul da América. Não é exagero tratá-lo por serviço de inteligência, visto que sua função era claramente a de obter o máximo possível de informações a respeito do que se passava na área limítrofe e mesmo nas povoações e cidades espanholas, como Serro Largo, Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires. Para tanto, Marques de Souza lançava mão de diferentes expedientes.

O comandante utilizava seus comandados e suas relações pessoais a fim de verificar notícias de diferentes regiões geográficas: a própria América de controle português; os Vice-Reinos espanhóis do Peru e do Prata e até mesmo novidades da Europa. Marques de Souza apurava cartas particulares e relatos de mestres de embarcações, dada a condição portuária da povoação de Rio Grande, com “notícias da Europa” e de diversas outras procedências. Foi assim que, em 1805, teve notícia da passagem de uma frota francesa pela Bahia, a qual contava entre seus tripulantes o irmão de Napoleão, Jerome Bonaparte.<sup>17</sup> A chegada de gazetas vindas de Lisboa também o mantinha atualizado do que se passava no outro lado do oceano e no teatro de guerra europeu. A 24 de setembro de 1804, o comandante escrevia ao ajudante de ordens do governador oferecendo múltiplos informes obtidos a partir da chegada de um bergantim vindo do Rio de Janeiro. Além de cartas do vice-rei do Estado do Brasil ao governador, havia cartas particulares “que dizem estar naque-

le porto uma Esquadra inglesa”. Afirmava ainda que “Já se leram gazetas de julho na Bahia com falas do povo francês ao novo imperador hereditário”.<sup>18</sup> Portanto, Rio Grande se conectava ao fluxo de notícias atlânticas, atualizando-se da ascensão de Napoleão Bonaparte e tendo acesso, ainda que indireto, aos periódicos europeus. De fato, Manuel Marques de Souza recebia tais novidades antes do governador e escrevia-lhe com frequência resumindo as mesmas, conquanto sempre lhe repassasse os originais.

Depois de valer-se das vantagens do porto, Marques de Souza utilizava o expediente de patrulhas que circulavam pelos campos. Estes grupos, chamados na época de partidas, eram devidamente assessorados por vaqueanos e bombeiros. Os primeiros eram guias especializados nos caminhos da campanha, capazes de apontar as melhores rotas, os pontos certos de cruzar os rios e regatos e propícios a montar acampamento. Sua importância e sua utilização também pelos espanhóis é expressa na comunicação de oficiais de Serro Largo, que se queixaram da impossibilidade de realizar as partidas devido à ausência de vaqueanos, ou seja, não bastava a existência de Forças Militares treinadas e armadas, era indispensável que os conhecedores dos caminhos as pudessem guiar.<sup>19</sup> A utilidade dos vaqueanos interessava a portugueses e espanhóis, sendo possível observar sua existência para ambas as Forças. Os bombeiros, por sua vez, eram batedores e não raro essa função era realizada pelos próprios vaqueanos, como sugere a carta redigida em 1804. Nela menciona-se um soldado português que, após cometer assassinato, “sem mais demora desertou para os Domínios de Espanha, para onde era tão bom vaqueano, que no tempo da guerra serviu de bombeiro”.<sup>20</sup> Ou seja, um bom vaqueano dispunha das qualidades para atuar como bombeiro, fazendo reconhecimento dos campos a serem cruzados, adiantando-se ao restante da patrulha e sondando os caminhos em busca de sinais inimigos.

Finalmente, havia os espias. Diferente dos bombeiros, eles parecem ter atuado principalmente em cidades. As indicações que contamos mostram que eram enviados

a Montevideu com certa frequência, onde procuravam apurar notícias de cunho político e sobre movimentações militares. Ainda que contemos com menções de sua atuação desde 1776, os dados que processamos demonstram uma intensificação da menção aos mesmos no Fundo Autoridades Militares a partir de 1801, seguida de uma acentuação a partir de 1810, que indica a preocupação das autoridades portuguesas em acompanhar o processo revolucionário desencadeado em Buenos Aires no mesmo ano.

Os informantes coletavam informações como podiam. Mencionam-se as remessas de gazetas de Buenos Aires para Rio Grande, a fim de respaldar notícias sobre o processo revolucionário iniciado em maio de 1810. Também podiam acionar outros interlocutores, demonstrando uma rede de informação como na carta de Joaquim Rodrigues Carvalho ao Comandante Manuel Marques de Souza.

Agora acabo de receber a carta junta que me remete o Padre Matheus Augusto, de quem me vali para me dar algumas notícias dos nossos vizinhos; a qual remeto a V. S. para ver o que diz. Quanto os desertores que ele aqui diz são dos que se querem apresentar, porém temem algum castigo. (...)

Também agora chega um sujeito a comprar fumo e vem da Colônia e dá notícia que chegara de Buenos Aires uma partida de um oficial e quarenta soldados e outros tantos as víboras a prender o Secretário do Governador de Montevideu e que este por aviso que tivera escapou e que a partida voltara para a Colônia outra vez e que lá estava; pode ser que com esta ideia venham passando, fico na diligência saber se é certa ou não esta diligência.<sup>21</sup>

Essa rede de informação foi um dos motivos de Manuel Marques de Souza despontar enquanto interlocutor privilegiado do Governador Marquês de Alegrete. O Marquês foi responsável por comandar a incursão militar lusitana na Banda Oriental em 1816, uma ação que se dispunha a neutralizar a atuação

das Forças de José Gervásio Artigas, mobilizadas em torno de um projeto nacional e social autônomo a Buenos Aires, à Espanha e a Portugal. Valiosíssima, nesse cenário, mostrava-se a experiência de Marques de Souza que, além da participação em inúmeras campanhas anteriores, comandara uma das colunas do autoproclamado Exército Pacificador em 1811 e 1812. Na ocasião, o Exército chegou a Maldonado, mas Marques de Souza esteve pessoalmente em Montevideu e solicitou autorização para dirigir-se a Buenos Aires, aparentemente para discutir termos do armistício estabelecido. Nota-se o seu envolvimento direto na ebulição política e militar iniciada com a independência da cidade portenha, o que lhe permitiu adquirir um conhecimento específico sobre a situação.

Oficiais portugueses servindo no Rio Grande de São Pedro parecem ter atuado com recorrência em missões de diplomacia informal e espionagem. Joaquim Xavier Curado contava duas missões ao Rio da Prata, em 1800 e 1808. Na segunda, sua atuação foi dissimulada, pois enquanto a justificativa oficial era a de debater acordos comerciais ele cuidava de publicizar as intenções do Príncipe Dom João em submeter os territórios espanhóis junto ao Rio da Prata. Para isso, seguia instruções do Secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que emitira verdadeiro ultimato: ou os espanhóis aceitavam subordinar-se ao príncipe português ou enfrentariam a invasão.<sup>22</sup> Curado não obteve sucesso, pois, se chegou a desembarcar em Montevideu, não foi autorizado a adentrar Buenos Aires, tendo sido descobertos os seus intentos.<sup>23</sup>

Outra demonstração do grau de intervenção portuguesa no processo emancipatório platino foi a missão de José de Abreu ao Paraguai em 1811, cujo objetivo foi arrecadar simpatizantes ao Império luso. Dessa vez, oferecia-se ajuda militar contra as forças oriundas de Buenos Aires que pretendiam submeter o território paraguaio. Por motivos diversos, esta iniciativa também fracassou, sem deixar de evidenciar, entretanto, o quanto os militares presentes no Rio Grande de São Pedro faziam da informação e da negociação uma arma de guerra, atuando, nesse sentido, conforme os desígnios da Corte.<sup>24</sup>

Entretanto, a vigilância militar também se voltava aos súditos portugueses, como demonstra um episódio. Com a eclosão do levante pernambucano em março de 1817, o Rei Dom João VI expediu ordens para que se vigiassem os portos em diversas povoações, no intuito de impedir que notícias e propaganda daquela revolta se disseminasse pelas possessões brasileiras. Dessa forma, as autoridades do Rio Grande de São Pedro foram acionadas a fechar o cerco sobre a circulação de ideias que se avistava. Manuel Marques de Souza foi instruído enquanto comandante de fronteira e responsável pelo Porto de Rio Grande, mas ordens também foram emitidas ao juiz de fora a fim de devassar o conteúdo de navios oriundos da Cidade do Recife. A desconfiança era carregada de conteúdos subversivos, para o que foi ordenada uma investigação minuciosa.

A parte que coube a Marques de Souza foi a de embargar os navios, detendo-os até se determinar se pertenciam ao “número dos rebeldes” ou não. Estamos falando aqui de veículos de difusão de ideias. Manuel Marques de Souza e o Marquês de Alegrete procuravam vigiar não somente a fronteira junto aos espanhóis, mas tinham de lidar com novas formas de pensar que se disseminavam entre a população. Tais ideias desafiavam a cultura política de Antigo Regime e sugeriam novos significados a velhas palavras, além de agregar novos vocabulários. Essa transformação seria mais claramente vista no Brasil a partir de 1820, mas já se processava no vizinho Rio da Prata desde 1810 e mesmo antes.

Dessa forma, o que percebemos é a complementariedade de atores sociais que podem ser descritos enquanto agentes imperiais, pois sua atuação era responsável por fortalecer a soberania portuguesa. Este fortalecimento passava pela troca de informação. De um lado, o governador escrevia com frequência aos oficiais militares, mas esta insistência incidia não apenas no repasse de ordens, mas igualmente na busca por informações que guiassem as medidas a serem tomadas. O Comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel Marques de Souza, cumpria as ordens de seus governadores, apurando o que se passava na capitania e

fora dela, inclusive notícias extraídas diretamente de Montevideu e de Buenos Aires, para o que se valia de todos os meios disponíveis. Temos aqui dois níveis articulados entre si da comunicação política imperial portuguesa. No primeiro nível, observamos informantes, espiões, batedores, patrulhas, mestres de embarcações e cartas de particulares. Em resumo, observamos diferentes grupos sociais produzindo notícias sobre o que vivenciavam e as mesmas eram ca-

nalizadas em direção aos comandantes de fronteira, altos oficiais militares. No segundo nível, temos o contato destes grandes receptores de informação com o governador da capitania, responsável por decidir a interpretação e uso da mesma informação, ainda que no intuito de atender instruções da Corte. Articulados ambos os níveis, percebemos a grande importância dos oficiais militares para a execução do governo das capitanias portuguesas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Jeremy & ARON, Stephen. From borderlands to Borders: Empires, Nations-States, and the peoples in between North American History. *The American Historical Review*, vol. 104, n. 3, jun. 1999, pp. 814-841.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. *Nuestra gloriosa insurrección*. La revolución anticolonial de Mayo de 1810. Trama política y documentos fundamentales. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). *Topoi*, n. 5, setembro 2002, pp. 161-183.

BIEDERMANN, Zoltán. The Matrioshka Principle and How it was Overcome. Portuguese and Habsburg Attitudes toward Imperial Authority in Sri Lanka and the Responses of the Ruler of Kotte (1506-1598). *Journal of Early Modern History*, Volume 13, Issue 4, 2009, pp. 265-310.

CHAVES JR, José Inaldo. Histórias de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799), In: CHAVES JR, José Inaldo. *Et alii*. (orgs.). *Colonialidades: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2016. pp. 319-334.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados. In: MUGGE, Miquéias & COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. pp. 13-38.

CORRÊA, Mariana Milbradt. *Fronteira aberta: a construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2017.

COSENTINO, F. *et al*. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: tese de doutorado/UFF, 2007.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KANTOR, Íris. Ciência e cartografia na perspectiva do “poderoso império” (1798-1922): a experiência da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. In. GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61-70.

NEWITT, Malyn. Formal and informal empire in the History of Portuguese Expansion. *Portuguese Studies*, v. 17, 2001. pp. 1-21.

PRADO, Fabrício. Edge of Empire. *Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.

PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In. NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto. *Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. pp. 69-96.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira Ribeiro. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os Guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: dissertação de mestrado/UFRGS, 2013.

VIANNA, Clarissa Prestes Medeiros. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2015.

VIVO, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

<sup>2</sup> BIEDERMANN, Zoltán. The Matrioshka Principle and How it was Overcome. Portuguese and Habsburg Attitudes toward Imperial Authority in Sri Lanka and the Responses of the Ruler of Kotte (1506-1598). *Journal of Early Modern History*, Volume 13, Issue 4, 2009, pp. 265-310. NEWITT, Malyn. Formal and informal empire in the History of Portuguese Expansion. *Portuguese Studies*, v. 17, 2001. pp. 1-21.

<sup>3</sup> KANTOR, Íris. Ciência e cartografia na perspectiva do “poderoso império” (1798-1922): a experiência da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. In. GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61-70.

<sup>4</sup> ADELMAN, Jeremy & ARON, Stephen. From borderlands to Borders: Empires, Nations-States, and the peoples in between North American History. *The American Historical Review*, vol. 104, n. 3, jun. 1999, pp. 814-841.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América portuguesa*. Niterói: tese de doutorado/UFF, 2007. CHAVES JR, José Inaldo. Histórias de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799). In. CHAVES JR, José Inaldo. Et alii. (orgs.). *Colonialidades: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2016. pp. 319-334.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os Guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: dissertação de mestrado/UFRGS, 2013.

<sup>7</sup> A comunicação política é aqui entendida a partir da perspectiva de Felippo de Vivo, em que “the circulation of information and ideas concerning political institutions and events”. VIVO, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 2.

<sup>8</sup> COSENTINO, F. et al. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 327.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães-Generais (1780-1821). Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57. Correspondência para as autoridades da Capitania (1816-1822). A – 1.11. Caixa 14.

<sup>11</sup> Para um resumo da agitação política envolvendo o Rio Grande de São Pedro e para as diferenças entre as elites de Buenos Aires e Montevideú, ver PRADO, Fabrício. *Edge of Empire*. Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015 e PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In. NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto. *Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. pp. 69-96.

<sup>12</sup> VIANNA, Clarissa Prestes Medeiros. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2015. P. 68.

<sup>13</sup> COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados. In. MUGGE, Miquéias & COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011. pp. 13-38.

<sup>14</sup> As cartas encontram-se no Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS-AM), maços 1 a 20.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>16</sup> CORRÊA, Mariana Milbradt. *Fronteira aberta: a construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)*. Santa Maria: dissertação de mestrado/UFSM, 2017.

<sup>17</sup> Carta de Manuel Marques de Souza a José Inácio da Silva, 5 de junho de 1806, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares (AHRS-AM), Maço 10, doc. 39.

<sup>18</sup> Carta de Manuel Marques de Souza a José Inácio da Silva, 24 de setembro de 1804, AHRS-AM, Maço 6, doc. 5.

<sup>19</sup> Carta de Agustin de la Rosa a Nicolas de Arredondo, 19 de dezembro de 1791, documento 16, División Colonia, Sección Gobierno, Banda Oriental, Comando de Frontera de Cerro Largo (1793-1807), legajo 15, sala IX.

<sup>20</sup> Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva, 6 de agosto de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 7.

<sup>21</sup> Carta de Joaquim Rodrigues de Carvalho a Manuel Marques de Souza, 6 de julho de 1810, AHRS-AM, maço 19, doc. 29D.

<sup>22</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). *Topoi*, n. 5, setembro 2002. pp. 161-183.

<sup>23</sup> Em carta ao General Francisco Miranda, Saturnino Rodríguez descreveu Curado como o "português más estúpido y vano que se halla en este continente, y ésta fue la causa de ser absolutamente mal sucedido em la comisión". AZCUY AMEGHINO, Eduardo. *Nuestra gloriosa insurrección*. La revolución anticolonial de Mayo de 1810. Trama política y documentos fundamentales. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010. P. 191.

<sup>24</sup> CORRÊA, Mariana Milbradt. *Op. Cit.*